

CURSO PARA PROFESSORES SURDOS



**DÉBORA DA COSTA
FERREIRA DE
CARVALHO**

PRODUTO EDUCACIONAL

CURSO PARA PROFESSORES SURDOS

**DÉBORA DA COSTA
FERREIRA DE
CARVALHO**



Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Fátima da Rocha
Coorientadora: Prof.^a Dra. Sueli Correia Lemes Valezi

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **5**

ETAPAS DO CURSO **6**

AULA 1 **7**

AULA 2 **8**

AULA 3 **9**

AULA 4 **10**

AULA 5 **11**

FINALIZANDO NOSSO ESTUDO **12**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **13**

APRESENTAÇÃO

Caro(a) colega professor(a):

Este produto educacional é fruto e componente integrante da pesquisa intitulada “Professores surdos: uma reflexão sobre educação inclusiva”. Faz parte da conclusão do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Profissional e Tecnológica do IFMT- Instituto Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

Com a proposta de relembrar o processo histórico e as normativas e de refletir sobre os conceitos envolvidos à educação inclusiva, este encarte se destina aos professores surdos, com o objetivo de contribuir com o processo de formação do docente surdo, sem, contudo, pretender esgotar as possibilidades de estudo desse tema, que aqui é tratado numa linguagem simples e ilustrada, com a utilização de vídeos e links para tornar a aprendizagem mais interativa e dinâmica.

Bons estudos!

Dados internacionais de catalogação na fonte

C837a Costa Ferreira de Carvalho, Débora da
**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR SURDO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UMA REFLEXÃO / Débora da Costa Ferreira de Carvalho – 6 – MT, 2022.
118 f. : il. color.**

**Orientador(a) Prof.^a Dra. Ângela Fátima da Rocha
Co-orientador(a) Prof.^a Dra. Sueli Correia Lemes Valezi
Dissertação. (CBA 0 Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato
Grosso, Campus Cuiabá, 2022.**

Bibliografia incluída

1. Inclusão escolar. 2. Formação para docente surdo. 3. Educação bilíngue. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário(as): Jorge Nazareno Martins Costa (CRB1-3205)

Etapas do curso

1

Para acessar os vídeos, clique nas imagens interativas, elas contêm hiperlinks.



2

Responda ao questionário após assistir a cada vídeo.

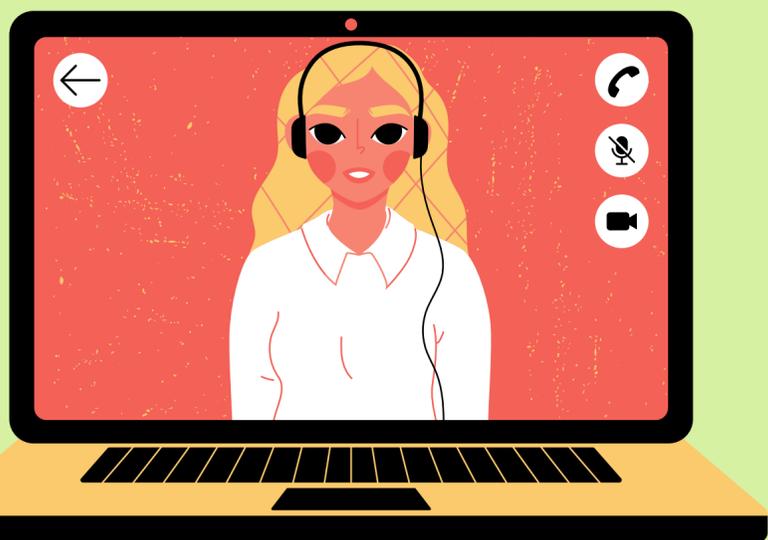
3

Por último, responda ao questionário, cujo link encontra-se na página 12 deste material.



BOAS-VINDAS

AULA 1

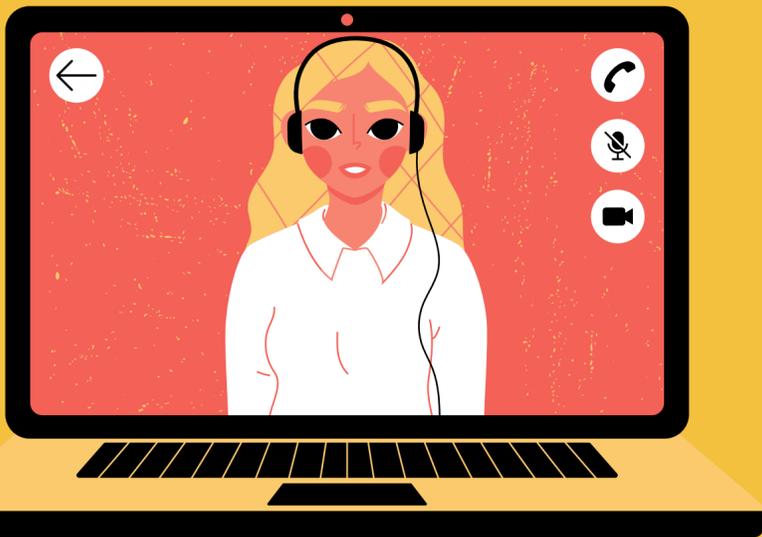


**Nesse vídeo,
falaremos sobre como
se dará a aplicação
da pesquisa. E ainda
iniciaremos uma
conversa sobre o
tema diversidade.**

A incorporação da diversidade no currículo deve ser entendida não como uma ilustração ou modismo. Antes, deve ser compreendida no campo político e tenso no qual as diferenças são produzidas, portanto, deve ser vista como um direito. Um direito garantido a todos e não somente àqueles que são considerados diferentes (GOMES, 2008, p. 30).

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

AULA 2

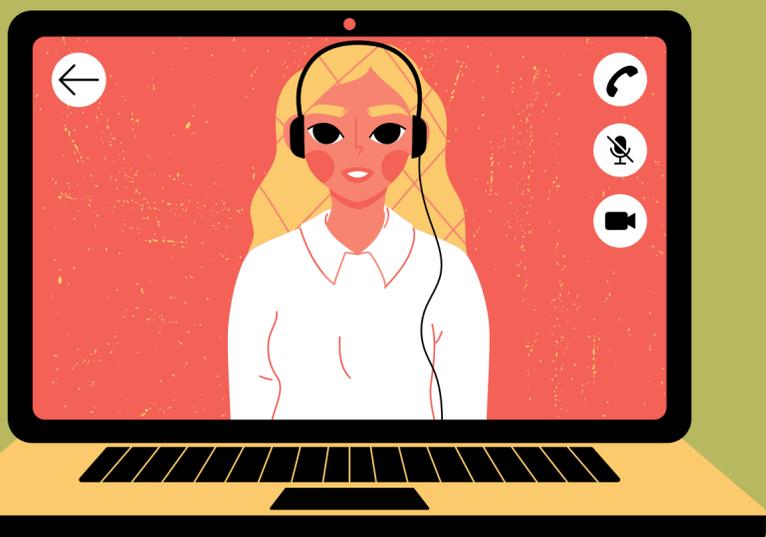


**Nesse vídeo,
falaremos sobre como
— se deu a criação das
primeiras escolas
especializadas no
Brasil.**

A educação especial no cenário mundial passou de uma concepção organicista para uma abordagem funcional, no qual a primeira tinha a deficiência como uma consequência biológica e utilizava-se da estratégia de segregação dos “excepcionais” em instituições assistenciais filantrópicas da rede privada de ensino. A segunda, por sua vez, definia a deficiência em função das capacidades e habilidades funcionais e promovia a integração das pessoas “portadoras de necessidades especiais” em “escolas especiais” ou em “classes especiais” da rede pública de ensino a fim de estabelecer interações sociais entre esses educandos e os alunos ditos “normais” (RIOUX; VALENTINE, 2006).

PRINCIPAIS NORMATIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

AULA 3



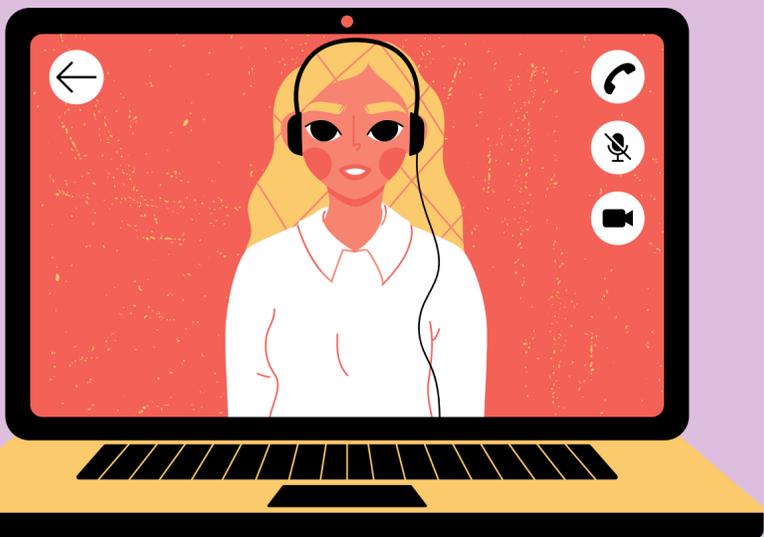
Nesse vídeo,
falaremos sobre as
principais normativas
da educação
especial e inclusiva
no Brasil.

A inclusão escolar roga:

[...] uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada (BRASIL, 2001, p. 40).

FORMAÇÃO DO DOCENTE SURDO

AULA 4



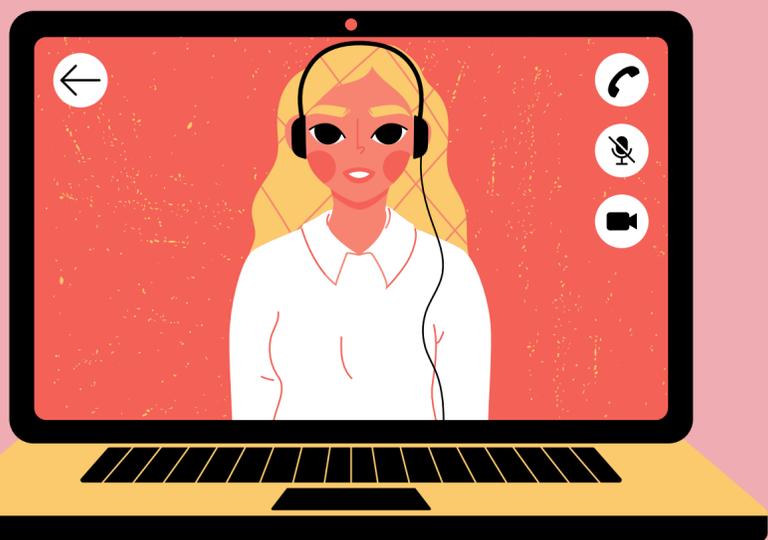
Nesse vídeo,
— falaremos sobre a
formação docente do
surdo no Brasil.

Os surdos devem ter acesso aos conhecimentos científico-acadêmicos que atendam às especificidades da sua língua. Dessa forma:

A formação de professores não deve se limitar aos conhecimentos tecnicistas e/ou científicos, mas precisa valorizar também os saberes humanos, essenciais para se formar um educador politizado, reflexivo e comprometido com a formação integral do aluno (ALMEIDA; LOPES, 2011, p. 7).

CONCLUINDO OS CONCEITOS SOBRE FORMAÇÃO DO DOCENTE SURDO

AULA 5



**Nesse vídeo,
retomaremos as
principais abordagens
sobre a formação do
docente surdo no
Brasil.**

Para Freitas (2006, p. 170),

[...] cabe, aos formadores, possibilitar que o professor aprenda a investigar, sistematizar e produzir conhecimento, pois a construção progressiva desses procedimentos potencializa a ação pedagógica levando à autonomia profissional, o que representa uma grande conquista para os futuros professores e para os alunos.

FINALIZANDO NOSSO ESTUDO

AGRADECEMOS À SUA PARTICIPAÇÃO!

**Esperamos que
tenha gostado do
nosso curso.**

**Pedimos que
responda ao
nosso
questionário de
avaliação do
Produto
Educativo (PE).**

**A sua resposta é
de suma
importância!**

PARA RESPONDER AO
QUESTIONÁRIO DE
AVALIAÇÃO DO PE,
[**CLIQUE AQUI.**](#)



Projeto gráfico, diagramação e capa: Rosilei Justino da Silva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. K. C. de; LOPES, L. de C. **A formação docente do professor surdo no curso de graduação Letras-Língua Brasileira de Sinais**. 2º Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades. 8ª Semana de Humanidades. Humanidades: entre fixos e fluxos. 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20943?locale=es>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 10/1/2001, p. 1 (publicação original).

FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In. DENARI, F.; RODRIGUES, D. (orgs). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 161-181

GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do. (orgs.). **Indagações sobre o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. p. 30-48.

RIOUX, M.; VALENTINE, F. A teoria importa? Explorando o nexos entre deficiência, direitos humanos e políticas públicas. In: POTHIER, D.; DEVLIN, R. (eds.). **Teoria crítica da deficiência: Ensaio em Filosofia, Política, Política e Direito**. Vancouver, Canadá: UBC Press, 2006. p. 47-69.